

ALINHAMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2015 – 2030 AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL: UM DIAGNÓSTICO NA REGIÃO SUL DO PIAUÍ

1 INTRODUÇÃO

O Planejamento Estratégico Territorial (PET) é uma ferramenta de gestão para enfrentar as mudanças nas áreas urbanas e rurais de maneira consensual, com base na participação dos principais atores locais - governos, academia, setor privado e a sociedade (RUANO, 2019). Nessa perspectiva, este trabalho aborda o planejamento estratégico a longo prazo voltado para territórios - (PET) - que possui como especificidade as peculiaridades de cada território e/ou região (MOYANO, 2018). Destacando o Estado, por ação ou omissão, como o ator central desse processo (CIRIO, 2016; MOYANO, 2018; RUANO, 2019; NASCIMENTO, 2019).

Corroborando com os autores, Viktorovna (2014) destaca que o desenvolvimento territorial é o elemento mais importante no sistema de gestão estratégica. Esta, fundamenta-se na necessidade de adoção legislativa de normas e princípios do PET. Para o autor, é necessário desenvolver metas específicas, objetivos e direções de desenvolvimento para cada território. Por meio da criação das condições necessárias para o planejamento do desenvolvimento territorial. De acordo com o exposto, para Cirio (2016) planejar o desenvolvimento territorial, requer a adoção de diversas variantes que perpassam com nuances "os paradigmas situacionais e estratégicos" dos processos do PET. Para o autor, os paradigmas assumem que o planejamento é um processo conduzido por diretrizes metodológicas. E estas, o posicionam como uma ferramenta diferente dentro das dinâmicas inorgânicas que caracterizam os processos políticos, econômicos e sociais do território. Numa perspectiva de objetivos para o curto, médio e longo prazo (NASCIMENTO, 2019).

Assim a abordagem territorial incorpora a diversidade das dimensões do desenvolvimento a exemplo da sustentabilidade ambiental, econômica, institucional, da liberdade de privações, do combate à pobreza, da elevação da qualidade de vida e do empoderamento social (CIRIO, 2016; MOYANO, 2018; RUANO, 2019; NASCIMENTO, 2019). Essas novas formas de compreender o desenvolvimento têm como marco de origem a emergência da noção de ecodesenvolvimento, nos anos 70. O termo foi cunhado por Maurice Strong e, mais tarde, aperfeiçoado por Ignacy Sachs e pela *Fondation Internationale pour un Autre Développement*, de Paris. Essa nova concepção de desenvolvimento tem por base alguns pilares comuns como a ecologia, a democracia e a endogeneidade.

Ignacy Sachs (2000, 2007), autor percussor desse debate, passa a denunciar, no final do século passado, os limites do desenvolvimento pensado como derivado apenas do crescimento econômico e a incluir dimensões como a ambiental, social, política e cultural nas discussões. Essas passam a ser vistas como elementos essenciais na composição do planejamento governamental e das políticas públicas de nações e territórios, tendo como fim a ideia de promover sustentabilidade. Essa adjetivação, disseminada, mais tarde, junto ao conceito de desenvolvimento sustentável do Relatório de Brundtland, desdobra-se como um tipo de ação "socialmente incluyente, politicamente descentralizada, ambientalmente prudente e economicamente sustentada no tempo" (SACHS, 2010, p. 9). O desenvolvimento como um processo engloba as diversas dimensões da região enfocada e não apenas a econômica, mais comumente observada quando se fala sobre o assunto. As dimensões social, ambiental, cultural, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica são facetas de um mesmo complexo processo de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2003)

Nesse contexto, cria-se o que se denomina de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável, assim regido, resulta em: inter-relações entre geração de riqueza

e distribuição de ativos, traduzidas em conquistas políticas e qualidade de vida da população; eficiência econômica, por meio da geração de valor das cadeias produtivas locais e aumento de competitividade; gestão pública eficiente, em perspectiva descentralizada e participativa (BUARQUE, 2008).

Assim, a participação exige fortalecimento prévio dos atores territoriais pela via de estratégias que permitam o florescimento de espaços e discussões qualificadas na construção de políticas públicas. Por essa razão, Buarque (2008) elabora uma estrutura teórica, para a compreensão do Desenvolvimento Sustentável, fundada em quatro dimensões: **a) Dimensão econômica** – aborda aspectos relacionados à eficiência econômica; **b) Dimensão ambiental** – incorpora componentes como ecoeficiência e respeito aos recursos naturais; **c) Dimensão sociocultural** – aglutina atributos relacionados à mudança social e elevação das oportunidades da sociedade e respeito às diversidades culturais; e **d) Dimensão político-institucional** – reúne variáveis relacionadas à confiança, solidariedade e cooperação entre todos os envolvidos no processo de mudança: estado, instituições governamentais e não governamentais, movimentos da sociedade civil organizada e comunidades.

Por sua vez, este aglomerado, resulta no que a literatura denomina de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Desta forma, o objetivo deste estudo é diagnosticar o planejamento estratégico territorial para o desenvolvimento sustentável no território do Tabuleiros do Alto Parnaíba, tomando como base empírica os ODS da Agenda 2015 - 2030. O estudo partiu da seguinte questão central: Como se caracteriza o planejamento estratégico territorial para o desenvolvimento territorial dos territórios piauienses que compõem a região do Alto Cerrado do Parnaíba nas dimensões econômica, ambiental, político-institucional e sociocultural? A relevância do estudo repousa, dentre outros aspectos, na contribuição ao debate acerca das políticas públicas para os territórios pesquisados, permitindo a identificação de fragilidades, desafios, conquistas e alternativas possíveis ao desenvolvimento sustentável a partir da efetivação da Agenda 2030.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Territorial Sustentável

O território significa um “espaço” ocupado por uma determinada população que o controla, tanto as fronteiras geográficas como as relações simbólicas, observando as seguintes dimensões, abaixo descritas: a coesão social, que consiste na congruência da população local; a coesão territorial, que se refere à capacidade da população de um território ter densidade nas relações interpessoais para definir suas políticas, suas estratégias em função de seus próprios recursos e interesses territoriais; a governabilidade, que se refere à capacidade dos poderes públicos em agir com objetivos e propósitos de desenvolvimento local; a sustentabilidade: as atividades econômicas atuais não podem colocar em risco o bem comum nem as atividades econômicas de futuras gerações; a inclusão econômica é a capacidade pela qual o desenvolvimento local inclui a população economicamente ativa em suas atividades de modo contínuo e permanente; e por último o bem-estar que proporciona sobre as condições de vida da população agregando infraestrutura, saneamento, instituições de saúde e de educação (SANTANA; GUEDES; VILLELA, 2011; SASSEN, 2013).

Por conseguinte, o desenvolvimento territorial sustentável é uma estratégia de gestão e política públicas que tem o propósito de combater a pobreza e as desigualdades sociais por meio de inclusão produtiva, sustentabilidade ambiental e participação social, com base na interação entre sociedade e Estado, no alinhamento e compartilhamento de demandas e possibilidades e na decisão dialogada, visando à efetividade das políticas públicas.

2.2 Desenvolvimento Territorial Sustentável e Agenda 2030

A notável heterogeneidade da realidade social no território brasileiro culmina com o desafio constante de aprimoramento dos instrumentos de gestão e de governança. Os arranjos institucionais para contemplar a amplitude e profundidade das transformações propostas pela Agenda 2030 perpassam o desafio da coordenação entre áreas de governo e outros atores na busca pela compreensão da integração e interseções entre as dimensões ambiental, social e econômica (BRASIL, 2017). A Agenda 2030 engloba 17 ODS, os quais, por sua vez, listam 169 metas, todas orientadas a traçar uma visão universal, integrada e transformadora para um mundo melhor. Os ODS foram construídos, de forma participativa, tendo como base a bem-sucedida experiência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), responsável por grandes avanços na promoção do desenvolvimento humano entre 2000 e 2015.

Os ODS e suas metas desafiam todos os países a serem ambiciosos e inovadores a fim de estabelecer meios de implementação inclusivos, eficientes e transparentes para tornar realidade essa complexa agenda de desenvolvimento, do nível global ao subnacional. Tais meios de implementação, conforme preconizado pelo documento *“Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”*, incluem, entre outros, a mobilização de recursos financeiros, o desenvolvimento de capacidades, o financiamento público internacional e a disponibilidade de dados de alta qualidade, atualizados, confiáveis e desagregados.

Ou seja, soluções multidimensionais para desafios multidimensionais. Assim, para que a Agenda 2030 seja efetivamente implementada, os governos têm a responsabilidade primária de realizar acompanhamento e revisão, tanto em âmbito nacional quanto regional e global, do progresso alcançado na implementação dos Objetivos e metas até 2030. A Agenda 2030 deve ser tratada de forma integrada às estratégias nacionais e estaduais de desenvolvimento. Nesse sentido, representa uma oportunidade para que o Governo brasileiro e estaduais reforcem suas prioridades e potencializem suas estratégias na direção de ações e políticas públicas que promovam um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações de governo. Previsto na Constituição Federal de 1988, o PPA é composto por programas, objetivos, metas e iniciativas (atributos) e abrange as diretrizes da administração pública para um período de quatro anos. O primeiro passo na etapa de internalização da Agenda 2030 verificou a correspondência das metas dos ODS aos atributos estabelecidos pelos PPA 2016-2019, em mapeamento realizado no segundo semestre de 2016. A correspondência das metas e indicadores dos ODS com os atributos do PPA visa a identificar a congruência entre os objetivos declarados pela Agenda 2030 com o instrumento de planejamento do Governo Estadual, vinculando a visão de médio prazo da atuação governamental com a expectativa de implantação dos compromissos constantes nos ODS.

3 MÉTODO DE PESQUISA

O método de uma pesquisa é o conjunto de procedimentos a partir dos quais a investigação é realizada. É o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, escolhidos com base em limites e possibilidades de alcance dos resultados pretendidos a partir do caminho selecionado. Desse modo, o método caracteriza-se como meio e não como fim. É, portanto, matéria instrumental a serviço da pesquisa, ou seja, é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática. A utilização indevida influencia na consistência e confiabilidade da pesquisa e, por isso, exige-se comprometimento por parte do pesquisador na escolha e adequação aos objetivos da pesquisa.

Neste estudo exploratório pretende-se descrever essa experiência e promover uma análise crítica dos resultados apontados pelo sistema, buscando retratar um panorama do grau de sustentabilidade dos municípios piauienses. A metodologia utilizada será fundamentalmente qualitativa, por meio de um estudo descritivo e interpretativo (GODOY, 1995), construído a partir da análise de dados primários e secundários coletados durante o processo de desenvolvimento do estudo.

A pesquisa envolveu também a análise documental de outros estudos referentes à trajetória e a situação mais recente do desenvolvimento da região sul do estado do Piauí (BUARQUE, 2008; FILIPPIM; ABRUCIO, 2010; MATTEI, 2011; VIEIRA et. al., 2010). Com isso, será possível delinear um panorama geral do grau de desenvolvimento sustentável nos municípios que compõem a região sul do estado do Piauí, por meio de uma leitura e interpretação dos dados disponíveis no sistema.

Diante do exposto, a escolha do método desta pesquisa recaiu nos procedimentos a seguir descritos. A pesquisa terá o intuito de compreender o desenvolvimento sustentável no território do Tabuleiros do Alto Parnaíba- PI que está localizado na região Nordeste. Possui uma área de 33.221,66 Km² (trinta e três mil duzentos e vinte e um vírgulas sessenta e seis), com uma população de 80.869 (oitenta mil, oitocentos e sessenta e nove mil habitantes) e é composto por 12 municípios: *Antonio Almeida, Baixa Grande do Ribeiro, Bertolinia, Canavieira, Guadalupe, Jerumenha, Landri Sales, Marcos Parente, Porto Alegre do Piauí, Ribeiro Gonçalves, Sebastião Leal, Uruçuí* (IBGE, 2021), tomando como base empírica, as dimensões econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional do modelo teórico de Buarque (2008).

O primeiro passo da pesquisa quanto à obtenção de informações foi a identificação e a análise de documentos e leis, e suas respectivas aplicações e usos na situação estudada. Posterior a esta etapa, serão reunidos os dados estatísticos sobre os municípios e a região segundo as informações disponibilizadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN.

Assim, para a realização desse estudo construiu-se um banco de dados que permitiu relacionar cada ODS aos PPA's dos municípios que compõem a região sul do estado, propiciando a visão sistêmica e transversal necessária à coordenação dos esforços para o alcance das metas. A partir dessa iniciativa será possível realizar o monitoramento dos atributos do PPA relacionados com a Agenda 2030, por meio do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento, permitindo a geração de dados, análises e relatórios gerenciais sobre os esforços do Governo Estadual despendidos na consecução dos ODS.

Nesse sentido, o uso de documentos em pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental, qualitativa ou quantitativa, favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008). No contexto da pesquisa qualitativa, a análise documental constitui um método importante seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (ALVES-MAZZOTTI, 1999; LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Assim o pesquisador irá extrair os elementos informativos de um documento original a fim de expressar seu conteúdo de forma abreviada, resultando na conversão de um documento primário em documento secundário. Para Lüdke e André (1986), a análise documental, entendida como uma série de operações, visa estudar e analisar um ou vários documentos na busca de identificar informações factuais nos mesmos; descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados, atendo-se sempre às questões de interesse. Esta análise é constituída pelas etapas de escolha e recolha dos documentos e de

posterior análise. São estabelecidos procedimentos metodológicos a serem seguidos na análise que são: a caracterização de documento, a codificação, os registros, a categorização e a análise crítica.

Os dados coletados foram tratados de forma qualitativa por meio da análise de conteúdo (AC), pois essa técnica permite produzir inferências de um texto para seu contexto social de maneira objetivada (BAUER; GASKELL, 2011). Para tanto, será utilizado o *software* ATLAS.ti 8, para organização e categorização dos relatos. A utilização dessa ferramenta auxiliará nas atividades de codificação, na criação das redes semânticas, busca e recuperação dos dados, otimizando o tempo de análise.

Assim, para inferir sobre o conteúdo das respostas subjetivas, será utilizada a técnica de análise de conteúdo. Para Bardin (2016) o campo, a análise de conteúdo são constituídos por um leque de técnicas de análise das comunicações. Seguindo os preceitos de Bardin (2016) a análise será organizada em três etapas: a pré análise, a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. As etapas utilizadas serão: Passo 1. Organização do material; Passo 2. Leitura Flutuante; Passo 3. Codificação do material. Decisões sobre: a unidade de registro e a regra de contagem; Passo 4. Categorização; e Passo 5. Tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN, 2016).

O processo de codificação é importante na AC, pois permitirá identificar aspectos que parecem importantes na pré-análise, mas que nem sempre serão utilizados na categorização. Portanto, é interessante sempre produzir um resumo para os significados dos códigos que gerarão as redes semânticas possam ser retomados em outro momento, até para compreensão do próprio pesquisador (SILVA Jr, 2018). Em seguida, as unidades de registro foram relacionadas a unidades de contexto, que possuem dimensões superiores para que se possa compreender melhor a sua significação. Por fim, as unidades de contexto serão agrupadas nas categorias de análise. Na última fase é a de tratamento dos resultados obtidos e interpretação (BARDIN, 2016). O tratamento dos resultados se baseia na reflexão, buscando o sentido da revelação dos dados tratados. É importante destacar que nesta pesquisa não serão examinadas relações de causa e efeito.

A visualização dos resultados será feita por meio da ferramenta *Network View* do *software* Atlas.ti 8, que é uma forma de associar as unidades de registro às unidades de contexto de uma maneira gráfica, permitindo uma compreensão melhor do conjunto de códigos e a criação de redes semânticas. Assim, no início de cada subseção é apresentada a *Network View* da unidade de contexto e suas respectivas unidades de registro conectadas por meio de setas e outros códigos aos quais ele está ligado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Alinhamento aos ODS

Ao analisar a internalização da Agenda 2030, buscou-se correspondência e identificação dos ODS. Esta descrição dos ODS visa a identificar a congruência entre os objetivos declarados pela Agenda 2030 (quadro 1) com o instrumento de planejamento dos governos municipais, vinculando a visão de médio prazo da atuação governamental com a expectativa de implantação dos compromissos constantes nos ODS, proporcionando a identificação ou não do alinhamento dos objetivos de desenvolvimento da agenda 2015 – 2030 ao planejamento territorial estratégico sustentável.

Quadro 1: Atributos dos ODS Agenda 2030.

DIMENSÃO	OBJETOS	METAS
	1. Erradicação da Pobreza.	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Social	2. Fome Zero e Agricultura Sustentável.	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
	3. Saúde e Bem-Estar.	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
	4. Educação de Qualidade.	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
	5. Igualdade de Gênero.	Alcançar à igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
	10. Redução da Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Ambiental	6. Água Potável e Saneamento.	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
	7. Energia Acessível e Limpa.	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
	12. Consumo e Produção Responsáveis.	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
	13. Ação Contra a Mudança Global do Clima.	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
	14. Vida na Água.	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
	15. Vida Terrestre.	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda.
Econômica	8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico.	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos
	9. Indústria, Inovação e Infraestrutura.	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
	11. Cidades e Comunidades Sustentáveis.	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
Institucional	16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes.	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
	17. Parcerias e Meios de Implementação.	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante do quadro exposto, a análise comparativa permitiu estabelecer correspondências entre esses documentos, gerando resultados que foram disponibilizados em uma matriz que favorece a melhor visualização das correspondências encontradas. A correspondência entre os dois documentos se mostrou principalmente nos aspectos que concernem a questões como pobreza, saúde e educação de qualidade para todos, segurança e igualdade de gênero (DUNDER; ARAÚJO, 2021). A análise comparativa mostrou as seguintes correspondências entre os objetivos e metas do ODS com as ações do PPA:

1º ODS: “Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares”: As ações que os PPA’s não possuem correspondência com este objetivo e podem vir a contribuir para a sua concretização são a implantação da rede regional de atendimento às pessoas em situação de rua. Identificar e inserir as pessoas que estão em situação de miséria nos programas de transferência de renda permite que governos locais auxiliem o governo federal na erradicação da extrema pobreza no país;

2º ODS: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”: O combate à pobreza é uma das ações mais importantes quando o objetivo é acabar com a fome no Brasil, uma vez que a fome é decorrente da falta de uma renda para a alimentação adequada (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001). No que concerne à segurança alimentar e à promoção da agricultura sustentável, os PPA’s não apresentam nenhuma ação, ainda que existam pequenos agricultores na região e a segurança alimentar esteja atrelada ao combate à pobreza.

3º ODS: “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”: No que concerne a este objetivo, os PPA’s não apresentam ações voltadas para qualificação e estruturação de um sistema de saúde regional, como por exemplo a construção de um hospital regional. Nota-se desta forma que existe uma visão abrangente da questão da saúde tanto nos ODS, quanto no PPA, que leva em consideração a necessidade de promoção da saúde, que possui características mais amplas do que apenas a prevenção, além de ser uma reação à medicalização da saúde (SUCUPIRA; MENDES, 2003);

4º ODS: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”: os PPA’s não busca contemplar a educação para todos ao buscar ampliar a educação de crianças, jovens e adultos articulando escolaridade e educação. Propõe-se também um Plano Regional de Melhoria da Educação, a consolidação do Plano Regional de Cultura e a promoção da educação para as competências criativas, colaborando assim para uma melhor qualidade da educação, visualizando-a com uma perspectiva abrangente;

5º ODS: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”: Em relação à igualdade de gênero e empoderamento feminino, os PPA’s não apresentam ações que estão focadas à ampliação da rede de atendimento às mulheres que estão em situação de violência. Apesar de ser uma ação muito importante pelo fato de o Brasil apresentar dados alarmantes no que se refere a violência às mulheres, como o dado de quinta maior taxa de feminicídio do mundo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016);

6º ODS: “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”: Em relação aos recursos hídricos da região, os PPA’s não concentra ações de revitalização e despoluição dos cursos da água e de readequação da rede de esgoto da região, visando alcançar um saneamento adequado para todas e todos conforme o ODS 6 postula;

7º ODS: “Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos”: Este ODS não apresenta correspondência com o PPA, uma vez que a decisão acerca da concepção e implementação de políticas para o setor energético no Brasil se insere no âmbito do Plano Nacional de Energia como uma atribuição do Ministério de Minas e Energia (Ministério de Minas e Energia, 2007).

8º ODS: “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”: Os PPA’s não consideram as características geográficas da região do Tabuleiro do Alto Parnaíba ao estipular ações que promovem um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, por meio da implementação de alternativas de desenvolvimento e manejo sustentável nas áreas de mananciais;

9º ODS: “Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis”: Em seu texto, os PPA’s não trazem questões acerca deste objetivo, como o fortalecimento de ações articuladas com a federação; a elaboração e implementação de um plano de Comunicação Institucional e a criação de um observatório de políticas públicas na Região. Cabe trazer no escopo deste trabalho que o próprio PPA foi elaborado com o objetivo de ser participativo. Nota-se desta forma que se buscou legitimidade

popular nas questões tratadas pelo plano e se aproximando do conceito de Planejamento Participativo (CLEMENTINO; ALMEIDA, 2015);

10º ODS: “*Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles*”: Os PPA’s não possuem ações voltadas para o combate à pobreza e ampliação das políticas universais em territórios de maiores desigualdades, como as já citadas anteriormente (com destaque para a inserção dos bolsões de miséria e nos programas de transferência de renda, como o bolsa família), entretanto não possui ações específicas para a redução das desigualdades em si, exceto se o combate à pobreza extrema for encarado como uma ação de redução de desigualdades;

11º ODS: “*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*”: Para essa ODS os PPA’s não trazem ações com enfoque principalmente na questão da segurança dos assentamentos humanos;

12º ODS: “*Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis*”: Embora o PPA não apresente ações específicas relacionadas a assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis de maneira direta, vemos que ele visualiza potencial em atividades caracterizadas como “mais sustentáveis” para a região. Entretanto, é preciso fazer uma ressalva que promover o turismo não é necessariamente promover um ambiente sustentável, uma vez que a ideia de turismo sustentável se fundamenta mais na dimensão econômica e incorpora timidamente as dimensões ambiental, social e cultural (CANDIOTTO, 2009). Também é preciso esclarecer que o PPA não aborda a questão do consumo sustentável;

13º ODS: “*Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos*”: Os PPA’s não possuem nenhuma ação voltada especificamente para combate das mudanças climáticas e seus impactos;

14º ODS: “*Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável*”: Não se aplica à Região, por não se tratar de uma região costeira, não tendo assim aporte institucional para tratar de tal questão;

15º ODS: “*Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade*”: Os PPA’s não colocam como a ação e a implantação de programas de recuperação ambiental nas áreas de mananciais;

16º ODS: “*Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis*”: As ações presentes no PPA’s que possuem alguma correspondência com esta ODS estão voltadas principalmente para a militarização como forma de garantir a segurança e a paz.

17º ODS: “*Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável*”: Não se aplica, por se tratar de um assunto que não cabe a escala regional, e sim a escala nacional e global.

Desta forma, os resultados desta análise permitem visualizar as inferências e adequações para a execução dos próximos PPA’s. Pois é possível fazer recomendações para adequações entre o PPA e os ODS. Isto pode ser um indicativo de que ações empreendidas na escala local podem contribuir para a concretização de uma Agenda Global. No caso em estudo, destacou-se que a localidade se expressa na escala da região, na qual além de existir uma dificuldade na gestão pela mesma não ser abarcada pela divisão tradicional dos entes federativos do Brasil (Federação, Estados e Municípios), existe o fato de que problemas socioambientais urbanos podem vir a surgir ou ser potencializados quando se trata dessa escala (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; FERNANDES, 2006; MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010).

Conclui-se, portanto, que o PPA é um instrumento político para se refletir acerca de como se responder a problemas socioambientais inclusive na perspectiva da efetivação de um

desenvolvimento sustentável na escala local pautado por políticas públicas participativas. Em suma, o PPA e as Políticas Públicas estão intrinsecamente conectados, e necessitam de seu reconhecimento por parte de toda a comunidade e de sua devida importância para o desenvolvimento local.

4.2 Dimensões Desenvolvimento Sustentável

Após quadro 1 exposto, o sentido, dessa análise é dialogar e subsidiar outras experiências e estudos futuros que possam contribuir para a construção de índices de sustentabilidade no âmbito local ou regional, tarefa que julgamos essencial se pretendemos gerar informações válidas e apoiar decisões que busquem promover o desenvolvimento sustentável na prática na gestão pública dos municípios que compõem a região sul do Piauí. Desta forma, usando da estrutura teórica elaborada por Buarque (2008), é possível compreender o Desenvolvimento Sustentável, fundada em quatro dimensões: *econômica*; *ambiental*; *sociocultural*; e *político institucional* (quadro 2).

Quadro 2: Dimensão do Desenvolvimento Sustentável

Município	Dimensão	
Antônio Almeida	Econômica	Em 2018, o salário médio mensal era de 1.8 salários-mínimos.
		Pessoal ocupado; 470 pessoas.
		População ocupada; 14,9 %.
		52,1% da população c/ rendimento mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo.
	Ambiental	Apresenta 13.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado.
		87.9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização.
		0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada.
		Arborização de vias públicas; 87,9 %.
		Área da unidade territorial; 645,748 km ² .
	Institucional	Densidade demográfica; 1,35 hab/km ² .
		IEGM ¹ (2018): B 0,64 (Efetiva)
		IFGF ² (ano 2018): 0,5615 (Dificuldade) - 31 ^a PI
		ISDEL ³ (2017): 0,295 – 30 ^a PI
	Sociocultural	IFDM ⁴ (2016): 06331, Desenvolvimento Moderado - 49 ^a PI
IDH ⁵ (2010): 0,620 desenvolvimento médio.		
Baixa Grande do Ribeiro	Econômica	Dados não disponíveis.
		Em 2018, o salário médio mensal era de 2.2 salários-mínimos.
		A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15.9%.
		Pessoal ocupado; 1.832 pessoas.
	Ambiental	População ocupada; 15,9 %.
		51,2 % da população c/ rendimento mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo.
		Apresenta 2.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado.
		16.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização.
		0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada.
		Arborização de vias públicas; 16,1 %.
	Institucional	Urbanização de vias públicas; 0 %.
		Área da unidade territorial; 7.808,915 km ² .
		IEGM (a2018): B 0,62 (Efetiva)
		IFGF (ano 2018): 0,6985 (Boa Gestão) - 7 ^a PI
		ISDEL (2017): 0,222 – 172 ^a PI

¹ IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal

² IFGF - Índice Firjan de Gestão Fiscal (2018)

³ ISDEL – Índice Sebrae de Desenvolvimento Econômico Local

⁴ IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

⁵ IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

		IFDM (2016): 0,6359 Desenvolvimento Moderado - 45ª PI	
		IDH (2010): 0,564 desenvolvimento baixo	
	Sociocultural	Dados não disponíveis.	
Bertolândia	Econômica	Em 2018, o salário médio mensal era de 1.8 salários-mínimos.	
		A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.7%.	
		Pessoal ocupado; 366 pessoas.	
		População ocupada; 6,7 %.	
		50,9 % da população c/ rendimento mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo.	
	Ambiental	Apresenta 1.3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado.	
		46.9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização.	
		0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada.	
		Esgotamento sanitário adequado; 1,3 %.	
		Arborização de vias públicas; 46,9 %.	
		Urbanização de vias públicas; 0 %.	
			Área da unidade territorial; 1.225,335 km².
	Institucional	IEGM (2018): C 0,48 (Baixo Nível de Adequação)	
		IFGF (2018): 0,0960 (Crítico) - 206ª PI	
ISDEL (2017): 0,224 – 164ª PI			
IFDM (2016): 0,6033 Desenvolvimento Moderado - 81ª PI			
IDH (2010): 0,612 desenvolvimento médio			
Sociocultural	Dados não disponíveis.		
Canavieira	Econômica	Em 2018, o salário médio mensal era de 1.6 salários-mínimos.	
		A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.5%.	
		Pessoal ocupado; 258 pessoas.	
		População ocupada; 6,5 %.	
		53,4 % da população c/ rendimento mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo.	
	Ambiental	Apresenta 10.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado.	
		31.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização.	
		0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada.	
		Arborização de vias públicas; 31,5 %.	
		Urbanização de vias públicas; 0 %.	
		Área da unidade territorial; 2.162,874 km².	
	Institucional	IEGM (2018): C 0,44 (Baixo Nível de Adequação)	
		IFGF (ano 2018): Dados Não Disponíveis	
		ISDEL (2017): 0,252 – 103ª PI	
IFDM (2016): 0,5015 Desenvolvimento Regular - 195ª PI			
IDH (2010): 0,583 desenvolvimento baixo.			
Sociocultural	Dados não disponíveis.		
Guadalupe	Econômica	Em 2018, o salário médio mensal era de 2.2 salários-mínimos.	
		A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 10.0%.	
		Pessoal ocupado: 1.051 pessoas.	
		44,4 % da população c/ rendimento mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo.	
	Ambiental	Área da unidade territorial [2019]: 1.023,592 km².	
		Esgotamento sanitário adequado [2010]: 29,4 %.	
		Arborização de vias públicas [2010]: 80,1 %.	
		Urbanização de vias públicas [2010]: 0 %.	
		Bioma [2019]: Cerrado.	
	Institucional	IEGM (2018): C 0,50 (Baixo Nível de Adequação)	
		IFGF - Índice Firjan de Gestão Fiscal (ano 2018): 0,2231 (Crítica) - 182ª PI	
		ISDEL (2017): 0,303 – 24ª PI	
		IFDM (2016): 0,5966 Desenvolvimento Regular - 86ª PI	
		IDH (2010): 0,650 desenvolvimento médio.	
Sociocultural	Não consta.		
	Econômica	Em 2018, o salário médio mensal era de 1.5 salários-mínimos.	
		A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.5%.	

Jerumenha		Pessoal ocupado [2018]: 422 pessoas.	
		População ocupada [2018]: 9,5 %.	
		49,6 % da população c/ rendimento mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo.	
	Ambiental		Área da unidade territorial [2019]: 1.867,313 km ² .
			Esgotamento sanitário adequado [2010] 37,6 %.
			Arborização de vias públicas [2010], 0 %.
			Urbanização de vias públicas [2010] 0 %.
		Bioma [2019] Cerrado.	
	Institucional		IEGM (2018): C+ 0,53 (Baixo Nível de Adequação)
			IFGF - Índice Firjan de Gestão Fiscal (2018): 0,1331 (Crítica) - 202ª PI
		ISDEL (2017): 0,206 – 203ª	
		IFDM (2016): Dados Não Disponíveis	
		IDH (2010): 0,591 desenvolvimento baixo	
Sociocultural		Não consta.	
Landri Sales	Econômica	Em 2018, o salário médio mensal era de 1.5 salários-mínimos.	
		A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.9%.	
		Pessoal ocupado [2018] 366 pessoas.	
		População ocupada [2018] 6,9 %.	
		50,5 % da população c/ rendimento mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo.	
	Ambiental		Área da unidade territorial [2019] 1.088,583 km ² ,
			Esgotamento sanitário adequado [2010] 3,1 %,
			Arborização de vias públicas [2010] 82,3%,
			Urbanização de vias públicas [2010] 0,1%,
			Bioma [2019] Cerrado.
	Institucional		IEGM (2018): C+ 0,55 (Em Fase de Adequação)
			IFGF - Índice Firjan de Gestão Fiscal (2018): 0,6476 (Boa Gestão) - 14ª PI
			ISDEL (2017): 0,234 – 143ª PI
			IFDM (2016): 0,5977 Desenvolvimento Regular - 85ª PI
			IDH (2010): 0,584 desenvolvimento baixo
Sociocultural		Dados não disponíveis.	
Marcos Parente	Econômica	Em 2018, o salário médio mensal era de 1.5 salários-mínimos.	
		A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.3%.	
		Pessoal ocupado [2018] 376 pessoas.	
		População ocupada [2018] 46,2%.	
	Ambiental		Área da unidade territorial [2019] 677,414 km ² .
			Esgotamento sanitário adequado [2010] 4,2%.
			Arborização de vias públicas [2010] 73,6%.
			Urbanização de vias públicas [2010] 0,6%.
			Bioma [2019] Cerrado.
	Institucional		IEGM (2018): C+ 0,55 (Em Fase de Adequação)
			IFGF (2018): 0,4652 (Dificuldade) - 62ª PI
			ISDEL (2017): 0,214 – 192ª PI
			IFDM (2016): 0,6585 Desenvolvimento Moderado - 28ª PI
			IDH (2010): 0,590 desenvolvimento baixo.
Sociocultural		Dados não disponíveis.	
	Econômica	Em 2018, o salário médio mensal era de 1.7 salários-mínimos.	
		A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.4%.	
		Pessoal ocupado 173 pessoas.	
		População ocupada 6,4 %.	
		51,5 % da população c/ rendimento mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo.	
	Ambiental		Apresenta 0.2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado.
			0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada.
			Área da unidade territorial 1.168,044 km ² .
			Arborização de vias públicas 76,3 %.
			Urbanização de vias públicas 0 %.

Porto Alegre do Piauí	Institucional	IEGM (2018): C+ 0,56 (Em Fase de Adequação)	
		IFGF - Índice Firjan de Gestão Fiscal (2018): 0,3504 (Crítica) - 130ª PI	
		ISDEL (2017): 0,231 – 149ª PI	
		IFDM (2016): 0,6588 Desenvolvimento Moderado - 27ª PI	
		IDH (2010): 0,563 desenvolvimento baixo	
	Sociocultural	Dados não disponíveis.	
Ribeiro Gonçalves	Econômica	Em 2018, o salário médio mensal era de 1.9 salários-mínimos.	
		A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.1%.	
		Pessoal ocupado 663 pessoas.	
		População ocupada 9,1 %.	
		52,6 % da população c/ rendimento mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo.	
	Ambiental	Apresenta 9.9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado.	
		11.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização.	
		0.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada.	
		Arborização de vias públicas 11,5 %.	
		Urbanização de vias públicas 0,7 %.	
	Institucional	IEGM (2018): C 0,48 (Baixo Nível de Adequação)	
		IFGF - Índice Firjan de Gestão Fiscal (2018): 0,5654 (Dificuldade) - 28ª PI	
		ISDEL (2017): 0,243 – 127ª PI	
		IFDM (2016): 0,5525 Desenvolvimento Regular - 148ª PI	
		IDH (2010): 0,601 desenvolvimento médio.	
	Sociocultural	Não consta.	
Sebastião Leal	Econômica	Em 2018, o salário médio mensal era de 1.8 salários-mínimos.	
		A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.8%.	
		Pessoal ocupado 378 pessoas.	
		População ocupada 8,8 %.	
		55,5 % da população c/ rendimento mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo.	
	Ambiental	Apresenta 6.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado.	
		78.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização.	
		0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada.	
		Arborização de vias públicas 78,7 %.	
		Urbanização de vias públicas 0 %.	
			Área da unidade territorial 3.148,857 km².
	Institucional	IEGM (2018): C+ 0,60 (Em Fase de Adequação)	
		IFGF - Índice Firjan de Gestão Fiscal (2018): 0,5475 (Dificuldade) - 39ª PI	
		ISDEL (2017): 0,192– 214ª PI	
		IFDM (2016): 0,6922 Desenvolvimento Moderado - 8ª PI	
IDH (2010): 0,562 desenvolvimento baixo			
	Sociocultural	Não consta.	
Uruçuí	Econômica	Em 2018, o salário médio mensal era de 2.1 salários-mínimos.	
		A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 19.8%.	
		Pessoal ocupado 4.254 pessoas.	
		População ocupada 19,8 %.	
		46,9 % da população c/ rendimento mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo.	
	Ambiental	Apresenta 16.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado.	
		43.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização.	
		0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada.	
		Arborização de vias públicas 43,8 %.	
		Urbanização de vias públicas 0 %.	
			Área da unidade territorial 8.413,016 km².
	Institucional	IEGM (2018): C+ 0,58 (Em Fase de Adequação)	
		IFGF - Índice Firjan de Gestão Fiscal (2018): 0,8286 (Excelência) - 1ª PI	
		ISDEL (ano 2017): 0,254 – 99ª PI	
		IFDM (2016): 0,5891 Desenvolvimento Regular - 99ª Piauí	
IDH (2010): 0,631 desenvolvimento médio.			

	Sociocultural	Não consta.
--	----------------------	-------------

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do TCE-PI; Firjan; Sebrae; PNUD; IBGE (2021)

Observa-se após o quadro exposto que o território que mais se expandiu economicamente no Piauí durante o período foi o Tabuleiro do Alto Parnaíba, cujo PIB real cresceu ao ritmo de 14,2% a.a. O território, situado na transição para o cerrado, deve o crescimento ao desenvolvimento do agronegócio da soja, que penetrou pelo sul e sudoeste do estado a partir do Maranhão, elevando sua participação no produto agropecuário estadual em 6,4 e 2,9 pontos percentuais entre 2000 e 2010. A expansão da soja na região do cerrado nesse território levou-a a assumir o primeiro lugar na pauta de exportações do Piauí, seguida de ceras vegetais, mel, algodão, couros e peles, produtos químicos e quartzitos. A pauta de exportações evidencia uma economia que exporta commodities, como soja e produtos da indústria extrativa vegetal e mineral, apresentando baixo valor agregado. Adiante serão detalhados os padrões de comércio exterior do estado (PIAUI, 2013).

A infraestrutura existente encontra-se principalmente nesse território. É nessa região que se encontram as principais rodovias, ferrovias e as principais cidades. Porém, mesmo nesses polos territoriais, a infraestrutura é insuficiente para o desenvolvimento econômico, sendo necessária a provisão de investimentos para implantação e ampliação

Outro ponto sensível é a geração de energia. As principais hidrelétricas estão instaladas nos territórios de Tabuleiro do Alto da Parnaíba. Estão previstos grandes investimentos em implantação e ampliação de infraestrutura no setor. Um dos investimentos importantes a considerar é a possibilidade de investimentos no setor eólico e de energia solar, considerando as condições naturais do estado.

Outro desafio importante diz respeito à melhoria da capacidade institucional dos Municípios piauienses e de uma articulação maior entre as três esferas da administração pública. Uma Agenda tão complexa e integrada exige esforços multilaterais da ação governamental, da mesma forma que enfrentar o acúmulo de desigualdades estruturais e sobrepostas não é função exclusiva do Estado. Por conseguinte, as parcerias e redes com diferentes atores da sociedade civil tornam-se imperativas para o alcance dos ODS. A Agenda 2030 é uma oportunidade ímpar para o Piauí lidar com suas mazelas históricas no que se refere à redução da desigualdade. A estratégia global vai ao encontro do fato de que a diminuição das disparidades regionais brasileiras só será efetivamente confrontada se for objeto de atuação coordenada e convergente de diversas políticas públicas, com expressão real no território, que se refletem nos 17 ODS e em suas 169 metas. O desafio piauiense de redução das nossas históricas desigualdades dialoga integralmente com a estratégia de ação da Agenda 2030.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discrição e a identificação das dimensões e suas respectivas fontes de dados constitui-se um procedimento metodológico para facilitar a obtenção das informações necessárias à classificação das dimensões e as abordagens e análises desenvolvidas nesta pesquisa fizeram perceber que as características nos contextos econômico, ambiental e institucional são determinantes para os padrões de desenvolvimento. Percebe-se que a convergência das atuais demandas da sociedade e o desenvolvimento sustentável precisam ser reavaliados e reestruturados, já que outros aspectos precisam ser considerados, como por exemplo, os aspectos socioculturais.

Para diagnosticar a situação atual da região do Tabuleiros do Alto Parnaíba e realizar recomendações futuras, destaca-se que a localidade apresenta problemas socioambientais, entre eles a desigualdade social, concentração de renda e baixo desenvolvimento local. Tais problemas devem ser enfrentados por meio de ações conjuntas por parte da gestão pública dos

municípios que compõem a região, sendo que tais ações precisam ser construídas com a participação da sociedade civil, considerando principalmente as relações inerentes que se dão nessa escala. Essas ações estão presentes em políticas públicas de escopo regional, como o Plano Plurianual, proporciona que estas políticas, aplicadas em âmbito local, devem convergir com agendas globais que buscam direcionar para o desenvolvimento sustentável, como a Agenda 2030, pois são por meio das ações locais que a sustentabilidade global será concretizada.

Esse processo, no entanto, vem-se dando com frequente desobediência à legislação ambiental, insuficientes estudos sobre os impactos ambientais e parca fiscalização dos órgãos competentes, o que coloca a região em risco de degradação ambiental pelo contínuo desmatamento de grandes áreas para fins de exploração agrícola, e pelo uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, com perdas constantes de algumas espécies de plantas e animais (FUNDAÇÃO CEPRO, 2014). Apesar do apoio financeiro de organismos e iniciativas públicas e privadas, dos incentivos fiscais concedidos pelos governos para atrair investidores, e das iniciativas de instalação de *campi* universitários na região, o desenvolvimento local do cerrado ainda carece de um plano sustentável de desenvolvimento humano e social (VILARINHO; LOPES; MONTEIRO, 2017).

Por seu turno, embora a Agenda 2030 não possua todas as respostas necessárias para a resolução da crise socioambiental em voga, ela é a expressão da legitimação da sustentabilidade como valor atrelado à perspectiva de desenvolvimento das nações, legitimação que se deu no decorrer das grandes conferências direcionadas a pensar o assunto.

A análise comparativa entre o PPA e os ODS realizada nesta pesquisa, demonstrou não existir uma correspondência entre ambos, o que permite concluir que as ações elaboradas em âmbito local têm potencial para contribuir com o alcance de muitos dos ODS. Desta forma, a experiência da região do Tabuleiros do Alto Parnaíba representa uma possibilidade de repensar o planejamento das políticas públicas e avançar, em prol de uma gestão pública mais inovadora, participativa e pautada pela concepção de desenvolvimento sustentável.

Não obstante, as Nações Unidas abordam o Desenvolvimento Sustentável no cerne dos Ojetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os SGDs são alvos importantes que contemplam todos os problemas que enfrentamos no Brasil. A busca pelos ODS pode resolver nossos problemas que os brasileiros afirmam como desafios “mais urgentes”, talvez porque alguns deles não entendam como esses desafios estão todos interligados. Sabemos o que deve ser feito, mas devemos pensar quais são os passos para alcançar uma sociedade mais saudável. Lembrem-se de que uma sociedade saudável deve incluir menos desigualdade, acesso à saúde e estruturas de educação para todos. E, capaz de fornecer o ambiente de que precisamos para alcançar o desenvolvimento sustentável. No qual a Sustentabilidade seja pensada no curto, médio e longo prazo, no intuito beneficiar a sociedade brasileira (QUEIROZ; FERREIRA, 2020)

Neste contexto, a necessidade de pesquisas que identifiquem a necessidade de um processo sistemático de avaliação e monitoramento das políticas públicas com vistas não só a garantir maior eficiência na execução de programas, mas também a otimizar a qualidade do gasto público. A questão que emerge, portanto, é de que modo tornar o setor público mais eficiente para garantir a continuidade e melhoria de políticas públicas que visam ao cumprimento da Agenda 2030.

Por fim, outra contribuição da pesquisa, refere-se a compreensão e/ou aprimoramento da gestão pública, desde a produção de estatísticas à execução de programas setoriais, passando pelo exercício da governança e da articulação de redes de atores. Ou seja, a complexidade inerente à implementação dos pontos da Agenda 2030, na abrangência recomendada, exigirá um permanente esforço de coordenação e integração das políticas sociais, econômicas e

ambientais; de interação dos diferentes níveis de governo, bem como do governo com a sociedade.

6. REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, 15(4), 119-129, 2001.
- BRASIL. **Presidência da República do Brasil**. Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2017.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. 5.ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond. 2008.
- BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Formação**, 1(16), 48-59, 2009.
- CELLARD, A. A análise documental. In: J. Poupart, et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes. 2008.
- CIRIO, G. **Territorio y lugar en las concepciones e instrumentos de planificación territorial municipal: El partido de Quilmes, Buenos Aires, Argentina, 2004-2014**. Tesis de posgrado. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. En Memoria Académica, 2016.
- CLEMENTINO, M. L. M.; ALMEIDA, L. S. B. Construção técnico-política da governança metropolitana. **Cad. Metrop.** 17(33), 201-224, 2015.
- DUNDER, B. D.; ARAÚJO, G. P. de. Análise comparativa entre o Plano Plurianual Regional Participativo da região do Grande Abc 2014-2017 e a Agenda 2030. **Meio Ambiente (Brasil)**, v.3, n.2. 009 - 023, 2021.
- FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, (18), 87-94, 2008.
- FUNDAÇÃO CEPRO. **Cerrados piauienses: estudo e análise de suas potencialidades, impacto da exploração da riqueza sobre a população da região**. Teresina: Fundação CEPRO, 2014.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU. 1986.
- MARTINS, R. D.; VAZ, J.C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**, 44(3), 559-590, 2010.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Plano Nacional de Energia 2030**. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139260/Plano+Nacional+de+Energia+2030+%28PDF%29/ba957ba9-2439-4b28-ade5-60cf94612092?version=1.1>>. 2007. Acessado em: 11 de jun. de 2021.
- MOYANO, L. G. F. **Construcción de escenarios prospectivos aplicados a la planificación estratégica territorial: una alternativa para el manejo de la incertidumbre en la toma de**

decisiones. 2018. Tesis de posgrado. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2018.

NASCIMENTO, J. W. S. do. **O processo de Planejamento Estratégico Territorial (PET): análise da Plataforma Ceará 2050.** 109 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. 2016. Acessado em: 10 de jun. de 2021.

PIAUI. **Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí (Piauí 2050).** Macrotendências de investimento produtivo e em infraestrutura nos segmentos estratégicos Produto 2. DIAGONAL Transformando Territórios, Teresina – PI. Outubro, 2013

QUEIROZ, J. M.; FERREIRA, A. C. de S. Why should we talk about Sustainable Development if we face so many “More Urgent” Challenges in Brazil? **Anais... XXII** Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA, ISSN: 2359-1048 Novembro 2020.

RUANO, J. M. Objetivos e Desafios do Planejamento Estratégico Local na Espanha. *Strategic Planning in Local Communities, Governance and Public Management.* v. janeiro, 157-177p., 2019.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia – teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. Apresentação. In: VEIGA, E. **Desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Garamond, 2010.

SANTANA, J. S.; GUEDES, C. A. M.; VILLELA, L. E. Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí – RJ. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, nº 3, artigo 8, Rio de Janeiro, - p.846 – 867, Set. 2011.

SASSEN, S. **When territory deborders territoriality.** Territory, Politics, Governance. Oxon/Reino Unido: Routledge Taylor & Francis Group, 2013. Disponível em:<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21622671.2013.765754#.Uk6I9DBBlr0>>. Acessado em: 04 de abril de 2020

SILVA Jr, L. A. O software Atlas.ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 715-728, 2018.

SUCUPIRA, A. C.; Mendes, R. Promoção da saúde: conceitos e definições. **SANARE**, IV (1), 7-10, 2003.

VIKTOROVNA, B. I. Extrapolational look at the current state of Territorial Strategic Planning in Russia. **Science Journal of Volgograd State University.** Issue 6, 7 p. p 96 - 102, 2014.

VILARINHO, L. da S.; LOPES, W. G. R.; MONTEIRO, M. do S. L. Agentes sociais mobilizadores de capital social no agronegócio do Cerrado do Piauí, Brasil. **Revista ESPACIOS.** Vol. 38 (Nº 19) Año 2017.